



INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS

DIGITAL INCLUSION AS A TOOL FOR REDUCING EDUCATIONAL INEQUALITIES

Maria Clara de Souza Mendes¹, Roger Antonio Rodrigues²

¹Unis, São Lourenço, Minas Gerais, maria.mendes7@alunos.unis.edu.br, 0009-0001-7737-7899

²Unis, São Lourenço, Minas Gerais, roger.rodrigues@unis.edu.br, 0009-0003-6191-7509

1 INTRODUÇÃO

A inclusão digital passou a ocupar lugar estratégico no debate educacional brasileiro porque o acesso desigual às tecnologias interfere diretamente nas condições de aprendizagem, participação pedagógica e permanência escolar. Nessa direção, Macedo (2021) demonstra que a experiência do ensino remoto não criou a desigualdade digital, mas tornou visível sua profundidade ao evidenciar que conexão, equipamentos e ambiente doméstico de estudo estavam distribuídos de forma extremamente desigual entre os estudantes. O argumento da autora é central para este trabalho porque permite compreender que o problema não se resume à presença ou ausência de dispositivos: trata-se de uma desigualdade de condições concretas de participação escolar.

Com base nesse problema, o estudo formula a seguinte questão de pesquisa: de que modo a inclusão digital pode funcionar como ferramenta efetiva de redução das desigualdades educacionais, e não apenas como oferta isolada de equipamentos ou acesso eventual à internet? O objetivo geral é discutir a inclusão digital como estratégia de fortalecimento da equidade educacional. Como objetivos específicos, pretende-se: analisar a relação entre exclusão digital e desigualdade de aprendizagem; examinar o papel da escola e das políticas públicas na mediação pedagógica das tecnologias; e identificar condições institucionais capazes de converter recursos digitais em oportunidades educativas mais justas. A relevância do tema decorre do fato de que, em contextos de escolarização cada vez mais mediados por linguagens e ambientes digitais, a exclusão tecnológica tende a aprofundar trajetórias de vulnerabilidade já existentes (MAGALHÃES, 2021).

A atualidade da discussão ultrapassa o período emergencial da pandemia. Rebelo (2024), ao analisar registros do Censo Escolar, mostra que a presença das tecnologias nas respostas educacionais brasileiras ocorreu de forma heterogênea e, em muitos casos, precária, sobretudo nas redes públicas. Isso indica que a tecnologia, quando incorporada sem infraestrutura, formação e intencionalidade pedagógica, pouco contribui para a superação das desigualdades. Em sentido complementar, Viegas e Lamb (2025) alertam que a digitalização do ensino também reorganiza o trabalho docente e pode reforçar assimetrias quando se apoia em plataformas padronizadas e em

lógicas de controle. Assim, discutir inclusão digital implica analisá-la como dimensão estruturante do direito à educação, e não como recurso acessório ou meramente instrumental.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No campo educacional, a inclusão digital deve ser compreendida como processo social e pedagógico, e não como simples distribuição de equipamentos. Macedo (2021) contribui para essa discussão ao mostrar que o acesso às tecnologias só produz efeitos educacionais relevantes quando articulado às condições reais de uso, ao acompanhamento escolar e ao contexto social dos estudantes. Desse modo, inclusão digital envolve infraestrutura, repertório de uso, capacidade crítica de navegação, participação em práticas de aprendizagem e possibilidade de apropriação significativa das ferramentas. Sem essa articulação, a presença do recurso técnico tende a reproduzir, no espaço escolar, vantagens e desvantagens que já marcam a estrutura social.

A literatura também evidencia que a desigualdade digital assume formas concretas e cotidianas. Magalhães (2021) sustenta que o ensino remoto, ao depender de conectividade, dispositivos e autonomia de estudo, intensificou desigualdades educacionais previamente existentes. O autor contribui para este trabalho ao demonstrar que a mediação tecnológica não opera em vazio social: estudantes com melhores condições materiais e apoio familiar conseguem transformar o recurso digital em continuidade pedagógica, enquanto aqueles submetidos a restrições de acesso enfrentam rupturas mais intensas no vínculo com a escola. Assim, a exclusão digital deve ser lida como mecanismo de ampliação de desigualdades de aprendizagem, e não apenas como carência técnica.

Em outra frente analítica, Rebelo (2024) mostra que o uso de tecnologias digitais nas escolas brasileiras, especialmente durante a pandemia, esteve marcado por forte heterogeneidade institucional. A autora evidencia que a adoção de recursos digitais ocorreu em meio a limitações de conectividade, acessibilidade e suporte, o que relativiza discursos que associam automaticamente tecnologia e inovação. Essa contribuição é importante porque desloca o debate para as condições objetivas de implementação: não basta que a escola utilize plataformas, aplicativos ou atividades online; é necessário examinar quem consegue acessar tais recursos, em que frequência, com qual suporte e com quais efeitos pedagógicos. A desigualdade digital, portanto, também se expressa nas distintas capacidades institucionais das escolas.

Além do acesso discente, a discussão teórica precisa considerar os efeitos da digitalização sobre o trabalho docente. Viegas e Lamb (2025) argumentam que a plataformização da educação reorganiza rotinas pedagógicas, amplia mecanismos de monitoramento e pode restringir a autonomia dos professores quando o uso tecnológico se subordina a sistemas padronizados e à lógica de dados. A contribuição dos autores, neste estudo, está em explicitar que a inclusão digital orientada para a equidade depende de mediação pedagógica qualificada, tempo institucional,

formação continuada e participação da comunidade escolar nas decisões sobre o uso das tecnologias. Sem essas condições, a digitalização corre o risco de aprofundar tanto desigualdades educacionais quanto precarizações do trabalho escolar.

2.1 Inclusão digital e redução das desigualdades educacionais

Pensar a inclusão digital como estratégia de redução das desigualdades educacionais exige deslocar o foco do debate da posse de recursos para a qualidade das mediações escolares. Nessa perspectiva, a escola reduz desigualdades quando garante condições mínimas de acesso, organiza o uso pedagógico das tecnologias e transforma o digital em linguagem de participação, pesquisa e produção de conhecimento. Magalhães (2021) ajuda a sustentar esse argumento ao indicar que o problema central não está apenas na oferta da ferramenta, mas na desigual distribuição das condições para utilizá-la de modo contínuo e formativo. Portanto, políticas de equidade digital precisam articular conectividade, equipamentos, acompanhamento pedagógico e estratégias de permanência escolar.

Esse debate torna-se mais específico quando se observa que nem toda inserção tecnológica produz democratização educacional. Rebelo (2024) demonstra que a presença de recursos digitais pode coexistir com usos precários, descontínuos ou excludentes. Já Viegas e Lamb (2025) alertam que soluções baseadas em plataformas padronizadas podem ampliar assimetrias ao impor rotinas homogêneas a contextos escolares desiguais. Assim, o potencial redistributivo da inclusão digital depende de escolhas institucionais concretas: acessibilidade, formação docente, suporte técnico, adequação às realidades locais e compromisso público com a redução de barreiras que atingem mais intensamente estudantes da rede pública e grupos socialmente vulnerabilizados.

Nessa chave, a contribuição mais específica da inclusão digital para a redução das desigualdades educacionais está em ampliar oportunidades de participação qualificada na cultura escolar contemporânea. Quando os estudantes podem pesquisar com orientação, produzir conteúdos, acessar diferentes linguagens e interagir criticamente com informações, a escola amplia repertórios que não estão distribuídos de forma igual na sociedade. Macedo (2021) permite compreender que essa mediação é decisiva justamente porque o digital pode tanto reforçar exclusões quanto criar condições mais democráticas de aprendizagem. Logo, a inclusão digital só se converte em ferramenta de equidade quando integra uma política pedagógica contínua, pública e orientada pelo direito de aprender.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e natureza descritivo-analítica. O corpus foi constituído por quatro artigos científicos publicados entre 2021 e 2025, selecionados por tratarem diretamente da relação entre inclusão digital, desigualdades educacionais, trabalho docente e mediação pedagógica das tecnologias. As obras foram localizadas em bases e portais de acesso aberto reconhecidos na circulação acadêmica brasileira, especialmente SciELO e o portal da revista Estudos Históricos, mediante busca por descritores como “inclusão digital”, “desigualdades educacionais”, “ensino remoto”, “tecnologias digitais na escola” e “trabalho docente em plataformas digitais”.

Como critérios de inclusão, adotaram-se: textos em língua portuguesa; aderência direta ao problema de pesquisa; recorte temporal recente; e contribuição analítica para a compreensão da desigualdade educacional em contextos de digitalização do ensino. Como critério de exclusão, foram desconsiderados estudos que abordavam tecnologia educacional de forma estritamente instrumental, sem discutir equidade, permanência ou condições concretas de uso. Após a seleção, realizou-se leitura integral dos artigos, fichamento das ideias centrais e organização da análise em quatro eixos: acesso material, condições institucionais de uso, mediação docente e limites da plataformização educacional. O tratamento do material ocorreu por interpretação crítica do conteúdo, buscando relacionar as contribuições de cada autor ao objetivo do estudo.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se demonstrar que a inclusão digital contribui para a redução das desigualdades educacionais apenas quando está vinculada a uma política escolar contínua, e não a ações pontuais de distribuição de equipamentos ou acesso eventual à internet. A pesquisa pretende evidenciar que os efeitos educacionais mais consistentes surgem da articulação entre infraestrutura, mediação pedagógica, formação docente e planejamento institucional orientado à permanência e à aprendizagem de estudantes em situação de maior vulnerabilidade.

Espera-se também sustentar que a tecnologia, por si só, não promove equidade. O estudo deverá indicar que o potencial inclusivo do digital depende das condições sociais e institucionais que regulam seu uso, de modo que práticas escolares criticamente mediadas tendem a ampliar participação, repertório cultural e oportunidades de aprendizagem. Com isso, o trabalho busca demonstrar que a inclusão digital precisa ser compreendida como parte do direito à educação e da qualidade social do ensino, e não como simples indicador de modernização escolar.

REFERÊNCIAS

MACEDO, Renata Mourão. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262-280, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/82957>. Acesso em: 28 mar. 2026.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, p. 1263-1267, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/?format=html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

REBELO, Andressa Santos. Tecnologias digitais nas escolas brasileiras durante a pandemia de Covid-19: registros do Censo Escolar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 44, n. 123, p. 197-206, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/f5NtS5Fv53QfGCmGGptRNXh/?format=html>. Acesso em: 28 mar. 2026.

VIEGAS, Moacir Fernando; LAMB, Marcelo Eder. Plataformas digitais, Estado e desigualdade no trabalho docente com dados. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 45, e289632, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/fmmJqcb7V3BbkZytcd9dxYD/?format=html>. Acesso em: 28 mar. 2026.